



**MINISTÉRIO DO TURISMO**  
**SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

Ministério do Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Sala 209 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: 61 2023 - 7102 - [www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br)

**Ata de Reunião**

**6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES (CGRC)**

Aos oito dias do mês de novembro do ano de 2022, às 11:00 horas, na sala plenária, 9º andar, do Ministério do Turismo (MTur), reuniu-se o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) deste Ministério.

As pautas abordadas na reunião foram as seguintes:

1. **Fiscalização dos financiamentos concedidos com recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur) para empreendimentos do setor de turismo - (Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões - SNAIC);**
2. **Apresentação dos indicadores do Planejamento Estratégico Institucional (2020-2023) - (Subsecretaria de Gestão Estratégica - SGE); e**
3. **Abordagem do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) – (Secretaria Especial de Cultura - SECULT).**

O Secretário-Executivo, o Sr. Charles Roberto Martins da Silva, na condição de presidente, cumprimentou a mesa composta pelos membros do Colegiado e deu início a 6ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), com o intento de discutirem as pautas previstas do dia. Desse modo, passou a palavra a Sra. Débora Moraes da Cunha Gonçalves, Diretora de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões.

A Sra. Débora Moraes da Cunha Gonçalves se manifestou sobre a pauta que competia a sua Secretaria, a saber: Fiscalização dos financiamentos concedidos com recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur) para empreendimentos do setor de turismo.

Dessa forma, a Diretora Débora explanou que sempre houve a fiscalização dos contratos do Fungetur, entretanto, no período de pandemia, a fiscalização ficou paralisada e, a pedido do Tribunal de Contas da União (TCU), houve a retomada das atividades de acompanhamento contratual com os agentes financeiros e os tomadores dos dividendos do Fungetur, ainda neste exercício de 2022.

Nesse processo, a maior dificuldade é a taxa Selic, cujo percentual está muito elevado, acarretando cerca de 20% a 25% de inadimplência dos contratos assinados. Foi abordado também que a possibilidade de ocorrência dos eventos de risco sobre os contratos não afeta o Ministério do Turismo (MTur), uma vez que o risco é 100% sob a responsabilidade da instituição financeira parceira da Pasta. Foi abordado que houve a disponibilização de recursos para 22 instituições, bem como foi explanado que a vertente mais fiscalizada no âmbito da SNAIC foi referente às obras.

Ademais, abordou-se a diferença entre o crédito ordinário e o extraordinário disponibilizados aos mutuários, sendo o primeiro advindo do orçamento normal e o último referente ao orçamento advindo do contexto da pandemia; abordou-se também as três modalidades de crédito, a saber: a de aquisição de bens, a de obras e a de capital de giro, nas quais 90% dos empréstimos foram destinados à capital de giro.

Foi apresentada a metodologia utilizada para os procedimentos de fiscalização, com a delimitação pelo MTur dos contratos que seriam fiscalizados por instituição e por cidades, mediante a apresentação de toda a documentação e das devidas visitas in loco.

Assim, atualmente a SNAIC está concluindo a finalização dos relatórios emitidos relativos às fiscalizações realizadas e, após a validação da alta gestão da Pasta, os relatórios serão encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU) para comprovar a fiscalização nos moldes determinados pela Corte de Contas. Por fim, foi apresentado o painel comparativo dos contratos do Fungetur, desde o exercício de 2018 até o de 2022, sendo possível verificar o impacto da Covid-19 até 2021 e uma queda drástica em 2022, ocasionada pelas altas taxas que se configuram como desfavoráveis aos tomadores de recurso, haja vista já constar um cenário mais favorável ao turismo do que na época da pandemia.

A SNAIC continua atuando em conformidade com a legislação prevista, cuja finalidade é atingir as micro e pequenas empresas. Dessa forma, é preconizado que 80% dos recursos sejam destinados a esse porte de empresas. Ademais, as pequenas empresas representam um cenário de 51% e as microempresas totalizam 40%, consolidadas como as maiores tomadoras de créditos do Fungetur.

Outrossim, foi apresentado o quantitativo das fiscalizações realizadas no segundo semestre de 2022, até o mês de outubro.

Dessa forma, a Diretora Débora concluiu sua fala e agradeceu aos membros presentes.

O Secretário-Executivo agradeceu a explanação da Diretora Débora e abriu a palavra aos demais membros do comitê para as considerações devidas, bem como para que assim fossem sanadas possíveis e eventuais dúvidas. Não houve nenhuma consideração emitida pelos participantes e a palavra foi passada ao Sr. Elton Gomes de Medeiros, na qualidade de Subsecretário de Gestão Estratégica – Substituto, para apresentar a pauta referente aos Indicadores do Planejamento Estratégico Institucional 2020-2023.

O Subsecretário-Substituto cumprimentou a mesa dos membros presentes e fez uma breve alusão do tema em pauta. Informou que até o momento não houve aprovação dos novos indicadores, delimitados em razão da revisão do planejamento estratégico face à incorporação da SECULT ao MTur, e ressaltou a ciência já manifestada tanto da SGE quanto da Secretaria Executiva (SE) a respeito do fato. O Subsecretário-Substituto também abordou que, devido ao atual período de transição de governo, em reunião realizada com a SE, foi definido que a revisão dos indicadores não será realizada nesta gestão e será sugerido que conste como pauta a ser definida pela próxima gestão. Assim, na reunião do Comitê foi apresentado o cenário atual dos indicadores que compõem o PEI 2020-2023 para oportunizar os subsídios devidos para o próximo governo.

Dessa forma, o Subsecretário-Substituto Elton passou a palavra ao Coordenador-Geral de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, o Sr. Luis Claudio de Aquino Alencar, para dar continuidade ao tema.

O Coordenador-Geral cumprimentou todos os presentes e, em atenção ao assunto tratado, informou que a CGMAP trabalhou na vertente de revisão dos indicadores do PEI no exercício de 2022, contudo, face à iminente transição governamental, na qual consta prevista a expectativa de desvinculação da SECULT da estrutura do MTur, o Secretário-Executivo orientou a equipe da CGMAP que não seria oportuno continuar com o processo de revisão dos indicadores neste momento, deixando essa pauta para uma decisão da gestão futura. Assim, restou à CGMAP voltar a trabalhar com foco nos indicadores aprovados em novembro do ano de 2021, bem como se atentar ao que já foi aprovado dentro do escopo do Plano Estratégico, para analisar e avaliar o painel dos indicadores. Ademais, o Coordenador Aquino ressaltou que houve solicitação de alteração para alguns indicadores e para outros não ocorreu a medição até o presente momento. Informou também que alguns indicadores não possuem metas estabelecidas e que não houve monitoramento. Dessa forma, o intuito da reunião foi de reapresentar os indicadores atuais aos membros do Comitê.

O Coordenador-Geral ressaltou que não serão realizadas alterações e que caso haja alguma necessidade de ajuste nos indicadores, esses serão tratados de forma pontual e individual. Ademais, apesar de não ser a situação mais adequada, há o entendimento de que manter os indicadores aprovados como estão é o mais oportuno para o momento.

Dessa forma, houve a apresentação e a projeção do painel dos indicadores que foram aprovados em novembro de 2021, totalizando quarenta e cinco (45) indicadores, com a identificação de cada unidade responsável pelo monitoramento de cada indicador.

O Coordenador-Geral solicitou que constasse em ata a relação dos indicadores apresentados na reunião, cujo Painel de Indicadores Estratégicos segue disponibilizado vide (Doc. SEI nº 1813267).

Por fim, no que se refere à temática dos indicadores, o Secretário-Executivo ressaltou que os indicadores devem ser monitorados anualmente e que é necessário ter o planejamento estratégico consolidado, referente aos exercícios de 2020 a 2022, para subsidiar a transição de governo.

Assim, o SE agradeceu a fala do Coordenador-Geral Luis Claudio de Aquino Alencar e em seguida abriu a palavra aos demais membros do comitê para alguma consideração sobre o tema.

O Sr. Elton Gomes de Medeiros complementou a fala do Secretário-Executivo e informou que a Subsecretaria de Gestão Estratégica está à disposição para elucidação de eventuais dúvidas e/ou esclarecimentos necessários sobre os indicadores.

Finalizando a segunda pauta, o Secretário-Executivo passou a palavra ao Sr. Daniel Dias Pereira, Diretor de Fomento Indireto, da Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC), para tratar da abordagem do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic).

O Sr. Daniel Dias Pereira apresentou o sistema Salic, contendo toda a sua estrutura e características. Ademais, informou que o sistema é um motivo de grande preocupação da SECULT, haja vista constar representado como um sistema de apoio às leis de incentivo à Cultura, extremamente utilizado pela Secretaria Nacional do Audiovisual (SNAV). Também foi evidenciado o histórico de problemas do sistema Salic, o qual traz grande risco para a imagem do setor público no contexto atual, face aos problemas identificados.

Houve o relato também a respeito das funcionalidades específicas do funcionamento do sistema. Foi informado que o Salic tem a função de avaliar as propostas de incentivo cultural da SEFIC e da SNAV e controlar as prestações de contas, sendo configurado como um sistema de alcance nacional para a apresentação aos estados acerca dos projetos culturais previstos, com fins de concessão de incentivo cultural para subsidiar as leis de incentivo à cultura, com a devida transparência ativa e passiva.

Foi abordado que na atual conjuntura de transição de governo, o sistema Salic está sendo intensamente demandado pelo próprio setor cultural, pela sociedade, pelo Ministério Público da União (MPU), pela Polícia Federal, pelo TCU e pela Controladoria Geral da União (CGU).

Foram abordados os pontos que podem ocasionar riscos ao Salic, a saber: o sistema foi desenvolvido pela área técnica da SEFIC há mais de uma década, o qual não obedeceu a uma metodologia para modelagem de dados, concepção e desenvolvimento de sistemas; além de não apresentar a documentação atualizada e não atender aos padrões mínimos de gestão de tecnologia da informação utilizados pelo MTur, fazendo com que a tecnologia do Salic conste como defasada; cabe ressaltar que há um relatório de auditoria do TCU, no qual foi constatado restrição na questão de segurança e, por este motivo, o relatório consta sigiloso por questões de segurança contra ataques cibernético; os técnicos da SEFIC atuam na correção do banco de dados do Salic e dos bugs e não na correção do software, como deveria ser priorizado pelos bons padrões de gestão de TI, fato esse que às vezes ocasiona a paralisação do andamento dos projetos, o que impacta nos interesses dos proponentes envolvidos; o técnico que capitaneou a concepção do Salic pretende se aposentar em 2023; em contrapartida, em março de 2022, foi celebrado um acordo de cooperação técnico com o Ministério da Economia (ME) para internalização da Lei de Incentivo à Cultura (LIC) à Plataforma +Brasil, projeto esse que está previsto para o ano de 2024 com o intento de ocasionar melhorias no contexto do Salic; o sistema ainda tem previsão de operação de um período estimado de sete anos. Assim, foi destacada a necessidade de se buscar uma solução eficiente para saneamento das problemáticas e gargalos do Salic, para que o sistema não pare de funcionar, o que inviabilizaria o funcionamento das leis de incentivo à Cultura.

O Secretário-Executivo retomou a palavra e abriu espaço para que os membros se manifestassem quanto ao tema. Não houve manifestação dos presentes e, em sequência, o SE destacou que a pauta da SECULT é de conhecimento da Secretaria-Executiva e que há uma movimentação para resolução iminente do

problema pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação (STII), que está trabalhando para obter mais recursos e modernizar e fortalecer o Salic, com o intento de permitir a continuidade de operacionalização do sistema com a efetividade necessária, até o término da construção do novo sistema.

O SE salientou ainda a importância da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação (STII) tomar conhecimento das alterações ocorridas nas bases de dados, para que se possa ter controle das alterações que estão sendo efetuadas por parte da SECULT. Ademais, ressaltou que, caso haja a separação da SECULT e do MTur, a cultura deve buscar um novo contrato que tenha uma capacidade maior de manutenção do Salic, e deve-se pensar em como será desmembrada a TI nas Pastas de cultura e turismo, para que o Salic não pare de funcionar.

A Sra. Amanda Luiza Adjuto Carneiro, Coordenadora de Integridade e Governança, na qualidade de representante da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), ressaltou a importância de categorizar como restrito os processos que tratam sobre mapeamento de riscos das áreas, especialmente os riscos relativos ao Salic, para não tornar público as fragilidades dos sistemas deste Ministério no momento da publicação da transparência ativa e, assim, garantir a segurança dos dados da Pasta.

Em complemento, o Diretor Daniel destacou a importância da pauta do Salic ser documentada e destacada para a equipe de transição, uma vez que será um grande desafio para a próxima gestão.

Aproveitando o ensejo, o Subsecretário de Gestão Estratégica – Substituto, o Sr. Elton, informou ser necessário, por parte da SECULT, mapear os riscos no processo referente ao SALIC, bem como realizar o relato e a documentação dos riscos evidenciados quanto ao Salic no Caderno de Transição, encaminhado pela Secretaria-Executiva, no capítulo específico relativo aos projetos, programas e ações que constem em andamento e que possuam alguma singularidade, para que haja uma maior transparência com a equipe de transição.

O Secretário-Executivo questionou se há alguma ação de promoção ou comunicação dos projetos que estão no sistema Salic para os incentivadores e contadores das grandes empresas e, de pronto, o Diretor Daniel informou que no momento não há uma publicidade ativa, mas apenas uma divulgação dos projetos disponíveis, os quais já constam como aprovados.

O Secretário Executivo agradeceu a todos presentes e como não houve nenhuma manifestação dos membros do Comitê, declarou como encerrada a 6ª Reunião Ordinária do CGRC.

Sendo o que havia para o momento, com o intuito de fazer constar nos autos deste Processo SEI: 72031.009658/2022-44, foi lavrada a presente Ata de reunião, a qual foi subscrita pela equipe da CGMAP e segue direcionada para a assinatura eletrônica devida dos membros do CGRC.



Documento assinado eletronicamente por **Elton Gomes Medeiros, Subsecretário(a) - Substituto(a)**, em 02/12/2022, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Dias Pereira, Diretor(a)**, em 02/12/2022, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cassol Lima, Secretário(a) Nacional de Desenvolvimento Cultural - Substituto**, em 06/12/2022, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Charles Roberto Martins da Silva, Secretário-Executivo**, em 08/12/2022, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Chaves Lopes, Secretário(a) Nacional**, em 08/12/2022, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Vannucci Cantanhede Cardoso, Secretário Nacional de Infraestrutura Turística - Substituto**, em 08/12/2022, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Luiza Adjuto Carneiro, Coordenador(a)**, em 08/12/2022, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Fialho de Lima e Souza, Chefe de Gabinete - Substituto(a)**, em 12/12/2022, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Débora Moraes da Cunha Gonçalves, Diretor(a) do Departamento de Atração de Investimentos**, em 13/12/2022, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Augusto Oliveira Pinheiro, Secretário(a) Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo**, em 13/12/2022, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Nogueira Alves Tavares da Silva, Secretário Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural**, em 14/12/2022, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Pinto Lima, Secretário(a) Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual**, em 15/12/2022, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **1838494** e o código CRC **B3D4AA3D**.